

**UM DEPOIMENTO CONJUNTO SOBRE A LUTA DA FEMECS PELA
SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTREVISTA COM MARIA FABIANA
SALES¹, LUIS FELIPE CARVALHO² E PEDRO CAPRA³**

Camila Lamarão*

Roberto Mosca Junior**

Vinicius Mayo***

RESUMO: Entrevistas concedidas, como as demais que integram o presente número de *Perspectiva Sociológica* (nº 27), como parte do resgate da memória de fatos e passagens relacionados ao processo de aprovação do PL 09/00 no Senado Federal, em 2001, e ao posterior

¹ Maria Fabiana Sales é professora de Sociologia da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ). Formada em Ciências Sociais pela UFF e tem mestrado em Ciências Sociais pelo PPGSA-UFRJ. No período das mobilizações do PL, participava da FEMECS e do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais da UFF como coordenadora do Grupo de Trabalho Movimento de Área. Em 2005, foi admitida como professora de Sociologia da Seeduc, dando aulas em Paraty/RJ e, atualmente, atua no Colégio Estadual Visconde de Cairu, no Méier. Em 2015, ingressou na FAETEC onde está como Coordenadora Pedagógica da Escola Técnica Estadual República, em Quintino, bairro da Zona Norte do município do Rio de Janeiro.

² Luis Felipe de Carvalho é professor de Sociologia do Colégio Andrews, doutor em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (2010). Participava, na época das mobilizações, do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC-Rio e era membro da Coordenação da Comissão de Mobilização e Eventos da FEMECS (gestão 2001 e 2002). Em 2015, começou a dar aulas de Sociologia no Colégio Andrews e, no ano de 2019, participou com os alunos da 1ª Olimpíada de Sociologia do Rio de Janeiro. Em 2020, orientou estudantes do ensino médio na categoria “Postagem Sociológica” do 7º Encontro Estadual de Ensino de Sociologia (ENSOC) recebendo a “menção honrosa” pelo trabalho “Finca: a arte de aprender”. Publicou o livro *Intervenções Antropofágicas*, em 2016, e organizou, em 2018, com Antonio Carlos de Souza Lima e Gustavo Lins Ribeiro, o livro *Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina*.

³ Pedro Capra é gerente de Relações Acadêmicas na Swissnex/Rio de Janeiro, Órgão do Ministério da Educação da Suíça. Pedro foi ativo membro das reuniões da FEMECS, participando de plenárias no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Niterói, cidade sede da Universidade Federal Fluminense, onde estudou Ciências Sociais. Durante os anos de 2000 a 2003, contribuiu junto ao Diretório Acadêmico Raimundo Soares, do Curso de Ciências Sociais da UFF, sempre atuando para integrar discentes ao processo decisório coletivo. A participação na campanha pela obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio foi, sem dúvida, um divisor de águas em sua formação profissional, levando-o a estudar e pesquisar formas de participação direta e movimentos da sociedade civil e seus repertórios de atuação. Realizou seus estudos de mestrado na Universidade do Porto (Portugal), pesquisando a utilização de mecanismos de Democracia Direta no espaço europeu, o que serviu de base para o desenvolvimento futuro, durante seu doutoramento realizado na UNICAMP (São Paulo), da tese sobre a introdução destes mecanismos em países do Cone Sul. Este trabalho foi realizado com o apoio da Secretaria de Educação, Pesquisa e Inovação da Suíça, através do financiamento de bolsa como pesquisador visitante na Universidade de Zurique (Suíça). Atualmente trabalha como Gerente de Relações Acadêmicas no Consulado da Suíça no Rio de Janeiro.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) colaboradora realizando as transcrições das entrevistas presentes nesta edição.

** Professor de Sociologia do Colégio Pedro II e doutorando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), mestre em Ciências Sociais pelo PPCIS-UERJ, bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UERJ) colaborador do LAEDH-CPII na linha de pesquisa Grupo de Estudo em Ciências Sociais e Memória (GECISME). Revisou as presentes transcrições.

*** Professor de Sociologia do Colégio Pedro II, mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ). Revisou as presentes transcrições.

veto de Fernando Henrique Cardoso. Os relatos jogam luz sobre este momento marcante da luta pela reinserção da Sociologia no currículo da Escola Básica. São seis depoimentos de cientistas sociais que se engajaram na campanha pela aprovação do projeto quando eram estudantes e participavam da Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais (FEMECS). As presentes entrevistas são um depoimento conjunto de Luis Felipe Carvalho, atualmente professor de Sociologia do Colégio Andrews, no Rio de Janeiro, Maria Fabiana Sales Trindade, professora de Sociologia da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ) e Pedro Capra, gerente de Relações Acadêmicas na Swissnex/Rio de Janeiro, órgão do Ministério da Educação da Suíça. Os depoimentos fazem parte de uma série de entrevistas realizadas em 2015, através de uma pesquisa iniciada no mesmo ano, no âmbito do Laboratório Lincoln Bicalho Roque, localizado no Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. A iniciativa foi contemplada no edital de projeto de iniciação artística e cultural lançado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) do Colégio Pedro II e desenvolvida pelos professores Roberto Mosca Junior e Vinicius Mayo.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia, Sociologia no Ensino Médio, Movimento Estudantil, Memória.

ABSTRACT: Interview granted, like the others in the present issue of *Perspectiva Sociológica* (nº27), as part of the recovery of the memory of facts and passages related to the approval process of PL 09/00 in the Federal Senate, in 2001, and the subsequent veto by Fernando Henrique Cardoso. The reports shed light on this defining moment in the struggle for the reinsertion of Sociology in the Basic School curriculum. There are six testimonies from social scientists who engaged in the campaign for the project's approval when they were students and participated in the Federation of the Student Movement of Social Sciences (FEMECS). These interviews are a joint statement by Luis Felipe Carvalho, currently professor of Sociology at Colégio Andrews, in Rio de Janeiro, Maria Fabiana Sales Trindade, professor of Sociology at the Foundation for Support of the Technical School of the State of Rio de Janeiro (FAETEC) and from the State Secretariat for Education (SEEDUC-RJ) and Pedro Capra, Academic Relations manager at Swissnex/Rio de Janeiro, agency of the Swiss Ministry of Education. The testimonies are part of a series of interviews carried out in 2015, through a survey initiated in the same year, within the scope of the Lincoln Bicalho Roque Laboratory, located in the Department of Sociology of Colégio Pedro II. The initiative was included in the public notice for an artistic and cultural initiation project launched by the Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture (PROPGPEC) of Colégio Pedro II and developed by professors Roberto Mosca Junior and Vinicius Mayo.

Keywords: Teaching Sociology, Sociology in High School, Student Movement, Memory.

Roberto Mosca & Vinicius Mayo: Bom dia pessoal. Como é que vocês chegaram nas Ciências Sociais? Os Encontros Nacionais de Estudantes de Ciências Sociais (ENECS) de 2000, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e de 2001, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, são um marco da inserção de vocês na luta pela implementação da Sociologia no ensino médio. Poderiam comentar um pouco sobre isso?

Maria Fabiana: Bom, eu entrei em 1999 na Universidade Federal Fluminense (UFF) e logo começou uma greve. Eu tinha vindo de escola particular, nunca tinha participado de nenhuma greve, ou qualquer movimento político antes, totalmente crua em relação a movimento estudantil e, quando eu entro na UFF, me deparo com uma greve e um movimento no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), que vinha de um evento chamado “Poliesculhambrose” que propunha um movimento estudantil alternativo, suprapartidário, uma forma alternativa de organização. Isso foi a primeira coisa que eu tive contato, em matéria de movimento estudantil. Em 2000, a gente ficou acampado 40 dias em volta do bandeirão, e foi um movimento muito forte na UFF, as discussões com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) que tinha muita força, todo movimento ficou muito focado nessa ocupação do bandeirão. Estudantes que não tinham qualquer relação com o DCE ou com diretórios acadêmicos, era um movimento totalmente livre. Essa foi minha primeira inserção no movimento estudantil, fiquei bem surpresa, me identifiquei muito com esse movimento. Aí a greve foi acabando, foi decretado o fim da greve, justamente pelos estudantes, e começaram os encontros. Tinha o encontro de História e um Encontro Regional de Ciências Sociais (ERECS) que ia acontecer em Limeira [São Paulo], em 2000. Eu também não conhecia encontro nacional, mas acabei indo nesse encontro para conhecer o que era um encontro de estudantes. Então, foi um processo de descoberta do que era o movimento estudantil. Nesse encontro em Limeira, eu não participei das discussões políticas, mas conheci muita gente de outras universidades. Eu lembro de você nesse encontro [aponta para Luis Felipe], tinha a Lisa [estudante da PUC-Rio] que também estava nesse encontro. Conheci pessoas de outras universidades e isso acabou fazendo com que a gente fosse numa reunião na UERJ. Ela estava meio que a toque de caixa para fazer o encontro nacional, e lá em Limeira, isso foi um pouco cobrado da UERJ, o famoso: “e aí? A quantas anda o encontro nacional?”. Todo mundo estava saindo de uma greve e para construir um encontro nacional e mobilizar todo mundo era muito difícil, e aí acabou que quem estava ali em Limeira se comprometeu a ajudar a UERJ a fazer esse encontro nacional. Nessa história, eu acabei indo nas reuniões de organização desse encontro, totalmente crua, não entendia nada do que estava acontecendo, e me inseri no primeiro lugar que você se insere, na secretaria de cultura e evento, e fui organizar as festas. No encontro em si, eu não participei da discussão política, não entrei nessa discussão de plenária. Na verdade, eu passei um pouco batida por isso, ainda era um processo de ambientação e, nesse retorno da atuação nesses encontros comecei a participar e conhecer mais do diretório acadêmico da UFF, que estava passando por um

processo também muito especial e muito diferenciado do que a gente via nas outras universidades. Só depois a gente foi ver que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) era mais afinada com o que acontecia na UFF, que era uma organização dos estudantes para além das questões partidárias. Não era um partido que tinha uma chapa que organizava ou que geria o diretório acadêmico, como era na UERJ ou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e nas demais faculdades que a gente encontrava nos encontros, e que acabava se sobressaindo nas plenárias finais.

Pedro Capra: Eu chego na UFF um ano depois da Maria Fabiana, no primeiro período de 2000, e em menos de dois meses de aula, explode uma greve que talvez tenha sido – e eu já passei por várias greves nas Universidades públicas estaduais e federais – a maior greve e a mais produtiva que eu tenha visto. Já vi muitas greves improdutivas, essa foi a mais produtiva. Só que eu era muito novo na faculdade, sem acúmulo, mas é a greve que tem o apoio da “Poliesculhambrose” que foi um grupo político que ajudou muito a transformar o ambiente na UFF. Minha aproximação com esse grupo – que, em 2001, se organiza para pensar formas de atuação na luta pela implementação da Sociologia e Filosofia no ensino médio – se dá um pouco através da percepção de que havia, no diretório acadêmico do curso, um grupo ou pessoas que estivessem interessadas em pensar a Sociologia. Aquilo, na verdade, era um fórum político que pretendia ser representativo, um mini fórum de debate como uma câmara de vereadores. Ali, as pessoas envolvidas em partido, que tivessem pretensões políticas um pouco mais longas, se inseriam com o objetivo de trazer as discussões feitas em partidos para o curso de Ciências Sociais. Existe uma percepção – que vem vinculada a esse grupo da “Poliesculhambrose” – que é a necessidade do movimento de área fazer uma reflexão: “pô, a gente tá fazendo Ciências Sociais, a gente não necessariamente tem pretensões políticas, ou pretensões maiores, a gente quer trabalhar com Sociologia.”. Então, esse grupo pensa em como trabalhar em prol da Sociologia, das Ciências Sociais, e não fazer daquilo ali um fórum, um estágio para uma carreira política ou para pretensões pessoais diferentes. E isso, para os estudantes que estavam chegando, para as pessoas que tinham uma percepção da política mais institucionalizada, que a representação sempre se dava através do partido, se transforma numa nova forma de atuação, numa nova forma de pensar política e que começa a ganhar força naquele momento. Essa percepção levou esse grupo ou essas pessoas a pensar na militância, no movimento de área, e o movimento de área se torna relativamente forte dentro da UFF entre 2000, início de 2001. Posso dizer que eu não participei do encontro da UERJ, eu fui até a UERJ, mas ainda não conhecia

ninguém, foi no período de greve, eu chegava lá, via as pessoas mais ou menos, eu lembro de ver a Isabel [Ostrower] coordenando uma mesa, mas ainda muito distante. Mas, a partir do segundo semestre de 2000, minha participação se torna mais efetiva, eu acho que, para mim, o encontro da UERJ, a percepção de que se fazia política de área no curso de Ciências Sociais, acabou me aproximando um pouco do diretório acadêmico e fez com que essa discussão, que já existia, gerasse algum acúmulo nessa percepção da necessidade de se trabalhar com a Sociologia, de se pensar a Sociologia, de trabalhar em prol da nossa profissão. Isso se consolida muito em 2001, no encontro de Recife, que é de fato onde alguns grupos se tornam conectados. A gente viaja com o pessoal da PUC e fica bastante próximo do grupo da UFRJ. Foi um período muito rápido que as coisas aconteceram, os eventos foram acontecendo muito rápido, um atrás do outro. Logo que a gente volta de Recife, começam as reuniões da FEMECS que aconteciam às vezes no IFCS, às vezes na UFF, eu me lembro de uma na PUC-Rio, na UERJ também, tudo muito intenso, às vezes uma vez por semana. Então, a gente começou a se encontrar constantemente e gerou uma unidade nesse grupo.

Luiz Felipe: Na PUC, nossa realidade era outra, porque o departamento [de Ciências Sociais] quase fechou. A entrada de alunos, muitos vindo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), ajudou na organização do curso e do movimento, mas muito tímido ainda. Nós começamos a participar dos encontros, como esse que a Maria Fabiana citou lá em Limeira, mesmo que em menor número. Minha participação foi quando cheguei no curso, em 1998, mas eu entrei para Filosofia, depois eu pedi a transferência para Ciências Sociais. Eu comecei mesmo as Ciências Sociais em 1999. Em 2001, já com o CEAP [Centro Acadêmico] funcionando, eram cinco ou dez talvez, a gente se mobilizou e buscou formas de poder ir a esse encontro em Recife. A PUC-Rio, nesse momento, através da vice-reitoria comunitária, forneceu o dinheiro para os estudantes participarem, a gente conseguiu um ônibus e começou a entrar em contato com a UFF para poder tentar viabilizar também a ida da UFF. Isto foi interessante porque a UFF tinha realmente um *background*, um histórico, vinha de uma greve, tinha uma mobilização maior, e a gente pôde aprofundar a discussão, entrar de uma forma mais participativa, mais enérgica. Fomos para o ENECS de Recife e participamos. Esse encontro foi importante para trocar com as outras universidades e a PUC-Rio poder entrar nesta campanha. Na volta desse encontro, a gente pôde entrar mesmo, participar ativamente da coordenação da comissão de mobilização e eventos.

R.M. & V.M.: Vocês articularam a ida para o ENECS de Recife juntos?

M. F.: As parcas moedinhas que a gente conseguiu lá da UFF juntamos com a PUC-Rio e conseguimos rachar um ônibus. Fomos naquele ônibus horroroso, lembra? Não reclinava. Nossa, foi horrível, não tinha a braçadeira, não levantava. Então, todo mundo tinha que ficar assim, não dava para deitar.

R.M. & V.M.: Quais foram as deliberações do ENECS de Recife?

M. F.: A plenária final de Recife, eu não fiquei até o final, porque começou uma discussão sobre representatividade, sobre legitimidade das decisões que eram tiradas ali.

P.C.: Esse encontro de Recife foi muito partidário, muito politizado, porque o prefeito era do Partido dos Trabalhadores (PT), a organização era do PT.

M. F.: Voltamos para o Rio e fizemos uma assembleia de avaliação do encontro, que era de praxe. Nessa assembleia, um dos poucos que tinha ficado na plenária final era o Flavio Serafini, que nos passou os informes. Uma das resoluções que tinha sido tirada era uma bandeira de luta nacional pela Sociologia no ensino médio que estava para ser votado [no Senado] e a UFRJ tinha pego uma das coordenações [da FEMECS], sendo que a UFF era contra a FEMECS nos modelos que estava sendo idealizada. Nós achávamos, num primeiro momento, que aquilo estava servindo para criar mais uma entidade para aparelhamento dos partidos, e a gente não estava concordando com o modo como a discussão estava sendo levada dentro da FEMECS. Acreditávamos que era importante como entidade, mas que ela fosse um modelo mais horizontal e que as universidades que participavam tivessem mais autonomia e mais voz enquanto coletivos das universidades. A gente lutava mais por uma postura deste tipo na entidade. No início, não víamos isso e a gente foi totalmente contra, a UFF tinha uma postura totalmente questionadora da FEMECS. Mas a UFRJ pegou essa comissão de mobilização e eventos.

L.F.: Acho que não foi só a UFRJ. O acordo era que todos os quatro centros acadêmicos [UFF, UFRJ, UERJ e PUC] tocassem essa comissão de mobilização e eventos.

M. F.: Isso mesmo. Lembrei que, na assembleia da UFF, o Flavio [Serafini] disse que foi tirada essa bandeira nacional de luta e que a UFRJ seria a responsável, a aglutinadora, mas que todas as universidades deveriam dar um suporte para organizar o movimento junto com a UFRJ.

R.M. & V.M.: E como foi a Assembleia na UFF?

M. F.: Bom, na assembleia [da UFF] foi tirado a Sociologia no ensino médio como prioridade e que a coordenação da comissão estava na UFRJ, mas que todas as universidades haviam se comprometido a ajudar, dar suporte, e isso foi levado para a assembleia e ela decidiu: a Sociologia no ensino médio é a pauta agora, é importante, vamos criar um GT de Sociologia para debater o movimento de área, e dentro desse GT vai ser organizado como vamos atuar. Foi um GT de Sociologia no ensino médio, depois se desdobrou para GT de movimento de área, porque eu fui coordenadora desse GT. Daí, nessa assembleia, se instituíram reuniões para debater a Sociologia no ensino médio e começamos a ter discussões dentro da faculdade para poder levar e ajudar a articular o movimento dentro do Rio de Janeiro. A gente chegou a ter assembleia com 70 pessoas. Onde já se viu um curso (com 400 alunos) fazer uma assembleia com quase 20%? Isso mensalmente, às vezes quinzenalmente, fora as reuniões semanais que tinham entre dez, quinze, vinte pessoas muitas vezes.

R.M. & V.M.: Como vocês se articularam para ir para Brasília? Como foram as campanhas financeiras e de mobilização entre as Universidades?

L.F.: Me lembro da camisa, tinha o livro ouro, fizemos algumas mobilizações para poder arrecadar dinheiro para nossa mobilização. A PUC-Rio entrou bem ativa, bem participativa, junto com as outras Universidades, a UERJ, a UFF e a UFRJ. Nós fazíamos esses encontros itinerantes, cada reunião era numa Universidade. Tudo foi muito rápido, porque, no segundo semestre de 2001, a votação [no Senado] seria em setembro, então a gente fez tudo muito rápido, organizou o ato também na Cinelândia.

M. F.: Eu acho que essa rotatividade dos lugares em que aconteciam as reuniões para a mobilização para a votação foi muito importante porque, justamente as outras pessoas que não participavam da discussão, que estavam na faculdade, podiam ter acesso, ter contato com o que estava acontecendo e acabavam sendo tocadas e mobilizadas pelas ações como a da Cinelândia [ato realizado para acompanhar a votação no Senado]. Se não tivesse tido essa rotatividade das reuniões, a gente provavelmente não teria tanta mobilização.

P.C.: Independentemente de percepções políticas diferentes, criamos um grupo com certa unidade, uma bandeira de luta comum. Caso contrário, imagino que teria sido um fórum de disputa e improdutivo, ou que não teria pelo menos auxiliado na luta que se sucedeu. Aí começam os primeiros eventos, os primeiros atos – se não me engano, o primeiro ato é esse aqui das fotos. Eu vejo o Luis Felipe, eu estou aqui, a Mariana Fabiana eu não estou vendo, mas

é o primeiro e aí é interessante que você consegue, você percebe que aquela mobilização que você tem num grupo (de quando muito dez pessoas), ela ganha, ela existe, ela não é somente um sonho, ela não é uma imaginação, ela não é uma reunião isolada. Ela agrega, ela traz, ou seja, ela se torna um movimento, ela sai do micro e ganha um espaço, ganha a cidade, a gente vai para Cinelândia, o que é muito interessante, pois você percebe que aquilo ali está acontecendo. Um ato que tinha professores da UFF, professores da UERJ, pessoas que você admira. Isso tudo vai criando uma identidade. E, para mim, isso acontece primeiro, não digo primeiro – mas ele se torna mais amplo a partir desse ato na Cinelândia [em 28 de agosto de 2001].

R.M. & V.M.: O ato [de 28 de agosto de 2001] está acontecendo porque estava prevista a votação do PL, só que ela foi adiada para setembro. Tinha um grupo de estudantes em Brasília fazendo as articulações políticas e vocês estavam aqui no Rio. Em setembro, vocês foram a Brasília. Como foram os debates, as tensões e as conversas políticas?

P.C.: A partir de setembro, desse primeiro evento maior que envolveu além desses estudantes e dessas pessoas que estavam mobilizadas, trabalhando com o movimento de área de Ciências Sociais, a gente vê que alunos do curso de Ciências Sociais começam a se inserir, alunos às vezes bastante dispersos, distantes dessa atuação. Passamos um livro ouro, coletamos – a história das camisas – dinheiro de várias maneiras e conseguimos mandar, pelo menos daqui do Rio, umas dez, doze pessoas de ônibus para Brasília. E em Brasília – esse fenômeno, que eu tentei desenhar um pouco antes de perceber a política acontecendo, se transforma, ele sai de uma ideia, de uma bandeira de luta, para alguma coisa um pouco mais sólida e institucionalizada – tínhamos pessoas que eram envolvidas, militantes orgânicos de partidos, que facilitam inegavelmente a nossa interlocução com o Congresso. Em Brasília, o processo de entrada foi muito complicado, você não entra, a gente não conseguia entrar no Senado, não conseguia entrar para falar com um senador, mesmo se fosse um senador do Rio. (...) Não conseguíamos passar da porta. Algumas coisas que penso serem importantes, por exemplo, a sociedade civil organizada atua independente do partido. Óbvio, é em cooperação com o partido, sem dúvida, mas ela tem uma certa independência. Então, esse grupo da FEMECS e a forma como a atuação se deu, a transformação de uma bandeira num movimento se dá muito através da percepção de que a ação coletiva produz e, nesse caso, gerou um resultado compartilhando uma bandeira, atuando junto com os partidos. Isso foi muito interessante e é algo que ficou – pelo menos em mim – como uma forma de atuação política. Então, a gente chega em Brasília e entra aos trancos

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 27, 1º sem. 2021, p.35-44

e barrancos no Senado – e era um dia atípico no Senado, porque era a votação da cassação do Jader Barbalho que havia renunciado.

R.M. & V.M.: Vocês conversaram com algum Senador?

P.C.: Conversamos com o Roberto Freire, na época do Partido Popular Socialista (PPS), e com o Saturnino, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) aqui do Rio. Eu me lembro de uma frase do Roberto Freire muito interessante: “(...) mas por que vocês querem que aprove? Qual a vantagem? Qual a transformação que vocês conseguem vislumbrar a partir da introdução da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio?”. A gente tinha uma agenda, uma fala pré-estabelecida para apresentar e ele me diz: “Tudo bem, eu posso até concordar, mas isso aqui é uma casa conservadora e a posição do governo é contrária. Dificilmente você vai encontrar algum governista que queira votar contra as determinações do executivo, da presidência” que, no caso, ainda era o Fernando Henrique. Acho que isso ao mesmo tempo mostrou como existem limites da atuação institucional e potencialidades da atuação da sociedade civil, dos movimentos sociais, do movimento estudantil – nesse caso específico. E como é um conflito e como esse conflito gera, é muito construtivo. Sem essa luta é um processo que, em geral, não daria em nada. A gente conseguiu misturar a atuação clássica de bandeira e luta dos movimentos sociais, fazendo mobilizações na Cinelândia, mas ao mesmo tempo usando o poder de barganha e de campanha junto às instituições. Isso gerou uma força que acontece em movimentos sociais, em geral, mas que, na minha opinião, gerou uma força muito grande dentro dessa disputa que se deu em diversos fóruns e, nesse momento específico, lá dentro do Congresso.

L.F.: A importância do ato aqui e como teve uma identificação inicial da PUC-Rio – isso voltando um pouco para o ENECS quando a gente vai junto com a UFF – ambos os CAs eram auto-gestionários, tinham uma bandeira auto-gestionária, de pensar democracia direta. A gente conseguiu trazer para cá, e essas reuniões foram muito dinâmicas. Tinham também as pessoas ligadas aos partidos, mas a gente conseguiu ter essa bandeira em comum, focar nessa luta que era imediata, porque ia acontecer a votação e era uma coisa que afetava diretamente a gente até na inserção no mercado de trabalho, entender a importância da Sociologia e da Filosofia no ensino médio, no pensamento crítico. Eu me lembro que, na ida para Brasília, mais uma vez a gente passou o livro-ouro – porque a PUC-Rio deu uma parte do dinheiro para o ônibus, mas não era todo o ônibus – então, a gente precisava recolher mais para completar esse orçamento. A gente vendeu as camisas, como falei anteriormente. No ônibus, realmente não foi tanta gente, mas, quando a gente chegou lá, encontrou com outros manifestantes por essa causa, de outros

estados, de outras partes do Brasil. Fizemos uma plenária e foi legal também ter esse encontro, essa chegada. Eu me lembro que tinham pessoas da Filosofia também, teve uma tentativa de articular com o movimento de área de Filosofia. Eu me lembro muito bem da conversa com o Roberto Freire, que foi com quem a gente conversou pessoalmente, a Heloisa Helena também, mas foi muito rápido. Acho que foi muito importante nossa presença, pois conseguimos convencer alguns senadores a votar a favor do PL, então valeu a pena todo o esforço e mobilização.